



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
Casa de Napoleão Laureano  
Comissão de Constituição, Redação e Legislação Participativa

artigo 29<sup>43</sup>, bem como o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal, artigo 136, inciso I<sup>44</sup>, não se vislumbram motivos jurídicos para o impedimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

### **III – CONCLUSÃO**

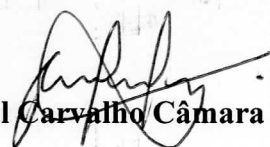
Ante ao exposto, opina-se pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº. 1502/2019 pelos argumentos acima elencados.

Salvo melhor juízo.

Ressalte-se, ainda, que este Parecer tem caráter meramente opinativo, cabendo exclusivamente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, apreciar a matéria e exarar Parecer conclusivo no que tange aos seus aspectos constitucional e legal, nos termos do previsto no inciso I, do artigo 42, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões. João Pessoa em 05 de janeiro de 2020.

  
**Gabriel Carvalho Câmara**  
Vereador - PSD

---

sendo privativa deste a do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais, da criação de cargos, funções ou empregos públicos nas administrações direta, indireta e autárquica ou do aumento de sua remuneração, da organização administrativa, do regime jurídico do servidor, do provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, da criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública, do plano diretor e da delimitação da zona urbana.  
(...)

<sup>43</sup> Artigo 29 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

<sup>44</sup> Artigo 136 – São obrigações e deveres dos Vereadores:  
I – Respeitar as Constituições Federal e do Estado da Paraíba, a Lei Orgânica do Município de João Pessoa e o Regimento Interno desta Casa;